



Criação de Unidades de Conservação no Bioma Pampa

Reunião Setorial

Coordenação de Criação de Unidades de Conservação
(03-07/11/25)



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



Objetivo da Reunião

Apresentar as propostas de criação de unidades de conservação federais para a região das Missões aos governos e Emater locais



Processo de criação de Unidade de Conservação (UC)

Portaria Conjunta ICMBio/MMA nº 1.145/202

Criação e Ampliação de Unidades de Conservação Federais

➤ Etapas do Processo

A criação/ampliação de UCs segue 5 etapas principais:

- Preliminar
- Analítica
- Consultiva
- Propositiva
- Conclusiva

→ As etapas podem ocorrer de forma **simultânea**.

Processo de criação de Unidade de Conservação (UC)

➤ Etapa Preliminar (Restrita)

1. Recebimento e avaliação de propostas.

Coordenação: ICMBio

Interação com:

- Centros técnicos
- Unidades locais
- Sociedade civil e comunidades tradicionais

* Propostas não federais são devolvidas com justificativa.

Processo de criação de Unidade de Conservação (UC)

➤ **Etapa Analítica (Restrita)**

Coordenação: ICMBio

- Elaboração de estudos técnicos e levantamentos de campo.
- Caracterização: ambiental, social, produtiva, paisagística, cultural.

Resultado: proposta preliminar com polígono e categoria da UC.

Processo de criação de Unidade de Conservação (UC)

➤ **Etapa Consultiva (PÚBLICA)**

Coordenação: ICMBio

- Consulta pública (não deliberativa) com partes interessadas.
- Consulta prévia a povos/comunidades tradicionais.
- Ajustes e consolidação técnica da proposta.

Resultado: Envio ao MMA com relatório e contribuições.

Processo de criação de Unidade de Conservação (UC)

➤ Etapa Propositiva (Restrita)

- Elaboração de minuta de decreto, minuta de exposição de motivos, parecer de mérito, declaração orçamentária
- Análise jurídica (PFE/ICMBio).
- Envio ao MMA com documentação completa:
 - Estudos técnicos
 - Relatórios das consultas
 - Arquivo geográfico da proposta

Processo de criação de Unidade de Conservação (UC)

➤ Etapa Conclusiva

Coordenação: MMA

- Avaliação de conveniência e oportunidade.
- Consultas a outros Ministérios afetos e ao Governo do estado.
- Análise jurídica (CJ/MMA)
- Encaminhamento à Casa Civil e acompanhamento do trâmite.

Histórico do Processo de Criação de UC Pau Ferro

Antecedentes (2007-2009)

- Avaliações iniciais da biodiversidade do Pampa conduzidas por Eduardo Vélez Martin (Projeto BRA/00/021 – MMA).
- Objetivo: identificar lacunas de conservação e propor novas Unidades de Conservação (UCs).
- Metodologia mista:
 - ♦ Análises automatizadas – *Marxan*, valor de insubstituibilidade, priorização de áreas.
 - ♦ Avaliações locais – viabilidade, conflitos com infraestrutura e uso do solo.
- Resultado: dois polígonos identificados como áreas potenciais de UC na região dos Parques de Pau-Ferro.

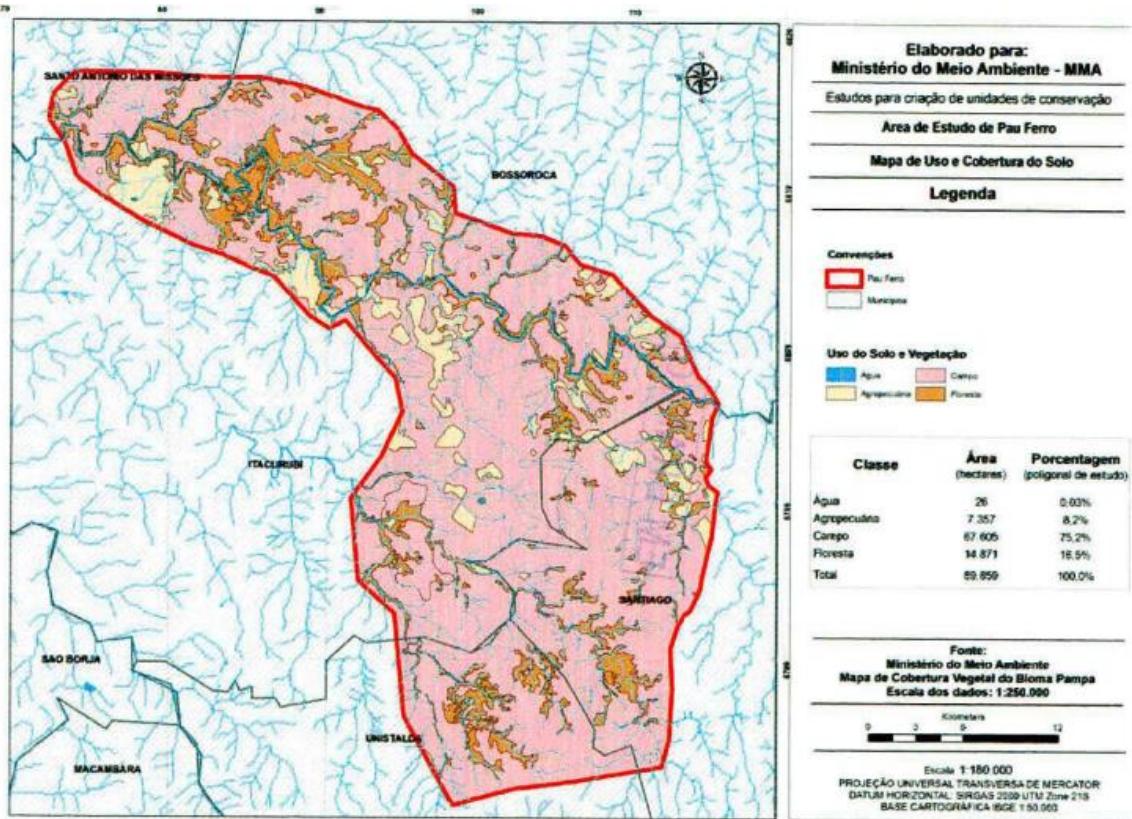
Histórico do Processo de Criação de UC Pau Ferro

Estudos Complementares (2011)

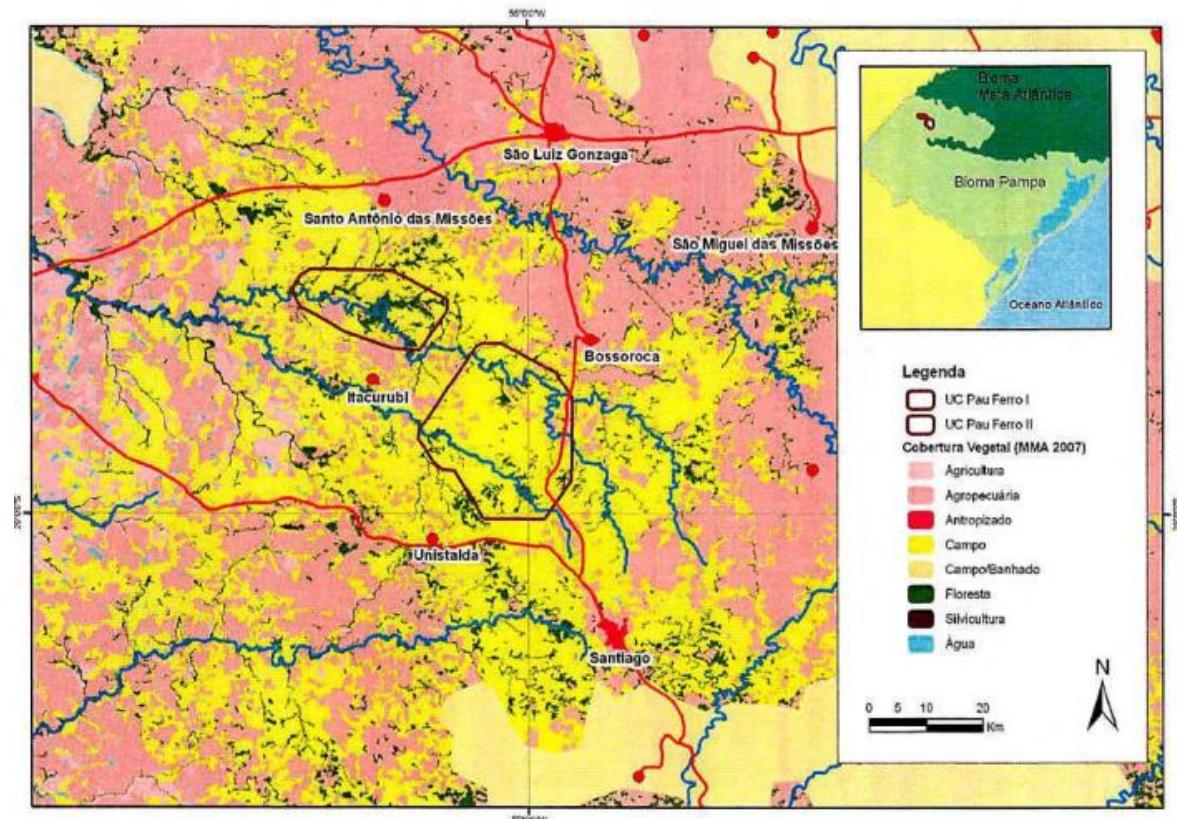
- Elaboração dos “Estudos dos Meios Físico e Biológico para o Extremo Sul da Mata Atlântica” (Vélez, 2011) e Relatório Socioeconômico e da situação Fundiária da área de interesse no extremo sul da Mata Atlântica/Rio Grande do Sul (Fabiano, 2012).
- Caracterização da formação “parques de Pau-ferro”:
 - Predomínio da espécie *Myracrodruon balansae* (pau-ferro-missionário).
 - Formação savanóide singular e pouco representada em UCs.
- Conclusão: alta vulnerabilidade ambiental

Histórico do Processo de Criação de UC Pau Ferro

Área de Estudo



Proposta de UC Pau-Ferro I e UC Pau-Ferro II



Histórico do Processo de Criação de UC Pau Ferro

Contexto Atual

- Vistoria técnica realizada entre 07 e 12/09/2025 para atualizar informações ambientais da área proposta para UC.
- Constatções:
 - Integridade ambiental se mantém compatível com criação de UCs
 - Somente 3% protegido em UCs
 - MapBiomas (2025): o Pampa é o bioma com maior perda proporcional de vegetação nativa nos últimos 40 anos – 3,8 milhões ha convertidos (30%), com aceleração entre 2015 e 2024

Finalização da Etapa Analítica e início da Consultiva

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

A Lei do SNUC e seus regulamentos estabelecem critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação

Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção

Categorias de Manejo previstas no SNUC

12 categorias de manejo divididas em dois grupos

Proteção integral: preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais

I - Estação Ecológica;
II - Reserva Biológica;
III - Parque Nacional;
IV - Monumento Natural; e
V - Refúgio de Vida Silvestre.

Uso sustentável: compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais

I - Área de Proteção Ambiental;
II - Área de Relevante Interesse Ecológico;
III - Floresta Nacional;
IV - Reserva Extrativista;
V - Reserva de Fauna*;
VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e
VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Usos Possíveis e Categorias de Manejo

Classes de usos	Principais tipos de uso permitidos, contemplados na Lei no 9.985/2000	Categoria de manejo
1 - Pesquisa científica e educação ambiental	Terras públicas. Desenvolvimento de pesquisa científica e de educação ambiental.	Reserva Biológica; Estação Ecológica
2 - Pesquisa científica, educação ambiental e visitação	Terras públicas. Turismo em contato com a natureza	Parques Nacionais e Estaduais; Reserva Particular do Patrimônio Natural
3 - Produção florestal, pesquisa científica e visitação	Terras públicas. Produção florestal	Florestas Nacionais e Estaduais
4 - Extrativismo, pesquisa científica e visitação	Terras públicas. Extrativismo por populações tradicionais	Reservas Extrativistas
5 - Agricultura de baixo impacto, pesquisa científica, visitação, produção florestal e extrativismo	Terras públicas e privadas onde a produção agrícola e pecuária é compatibilizada com os objetivos da UC	Reservas de Desenvolvimento Sustentável; Refúgio de Vida Silvestre ; Monumento Natural; Área de Relevante Interesse Ecológico*
6 - Agropecuária, atividade industrial, núcleo populacional urbano e rural	Terras públicas e privadas com possibilidade de usos variados visando a um ordenamento territorial sustentável	Área de Proteção Ambiental

(Adaptado de Gurgel et al 2009)

Área de Proteção Ambiental - APA

É uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.



APA Ibirapuitã



Refúgio de Vida Silvestre – RVS ou REVIS

Tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

Pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

Em caso de incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas, a área deve ser desapropriada.



REVIS Banhado dos Maçaricos

Apresentação da Proposta Atualizada

Área Prioritária para Conservação (2^a atualização - 2018)

PA006 - Itacurubi

Importância Biológica Alta

Prioridade de Ação Alta

Ação recomendada principal: Criação de Unidade de Conservação

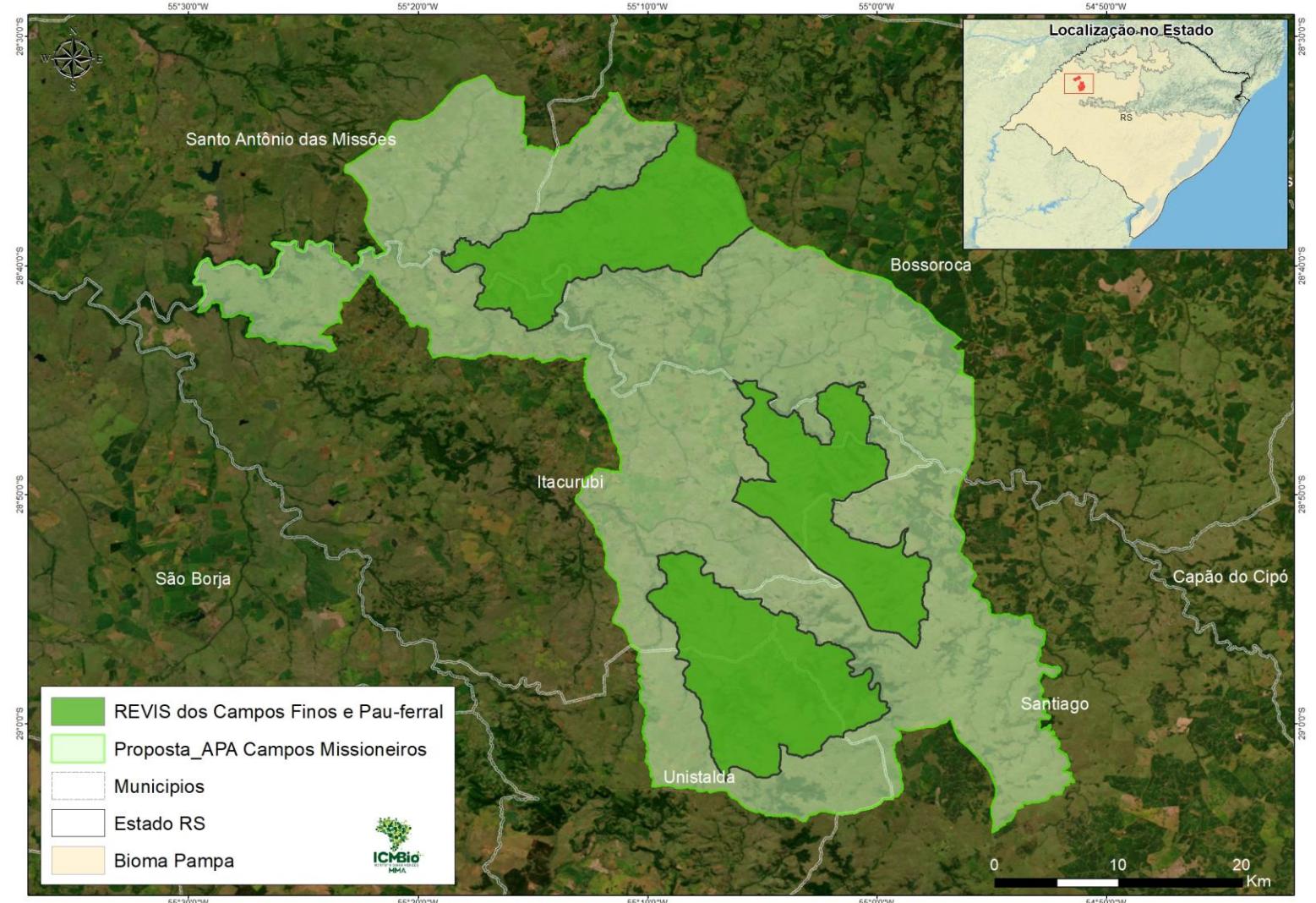
Remanescentes de pau-ferro, espécies rupestres e campos com barba-de-bode

Ação recomendada 2: Manejo Sustentável da Biodiversidade

Pecuária Sustentável nos Campos Nativos

Apresentação da Proposta Atualizada

- APA em uma área abrangente voltada a proteção e manejo do campo nativo, com incentivo a pecuária sustentável e que promova conectividade entre os polígonos da UC de categoria mais restrita
- UC de categoria mais restrita (RVS) que admite a pecuária sustentável e garanta a proteção de formações como os parques de pau-ferro, campos com barba de bode, campos com espinilho e vegetação rupestre, endêmicas e ameaçadas



Apresentação da Proposta Atualizada

Área de Proteção Ambiental (APA) : 117.168,19 hectares

Município			APA	
Nome	Área Total (ha)	% UC	Área (ha)	%
Santiago	241.341,90	10,3%	24.814,64	21,2%
Bosoroca	161.005,60	20,5%	33.065,17	28,2%
Santo Antônio das Missões	171.046,60	8,0%	13.650,63	11,7%
Itacurubi	112.024,90	32,1%	35.948,97	30,7%
Unistalda	60.226,00	16,1%	9.688,77	8,3%

Apresentação da Proposta Atualizada

UC de categoria mais restrita (RVS) em três polígonos - 43.238,17 hectares

Município			REVIS	
Nome	Área Total (ha)	% UC	Área (ha)	%
Santiago	241.341,90	3,4%	8.185,93	18,9%
Bosoroca	161.005,60	8,9%	14.382,51	33,3%
Itacurubi	112.024,90	11,3%	12.687,31	29,3%
Unistalda	60.226,00	13,3%	7.982,42	18,5%

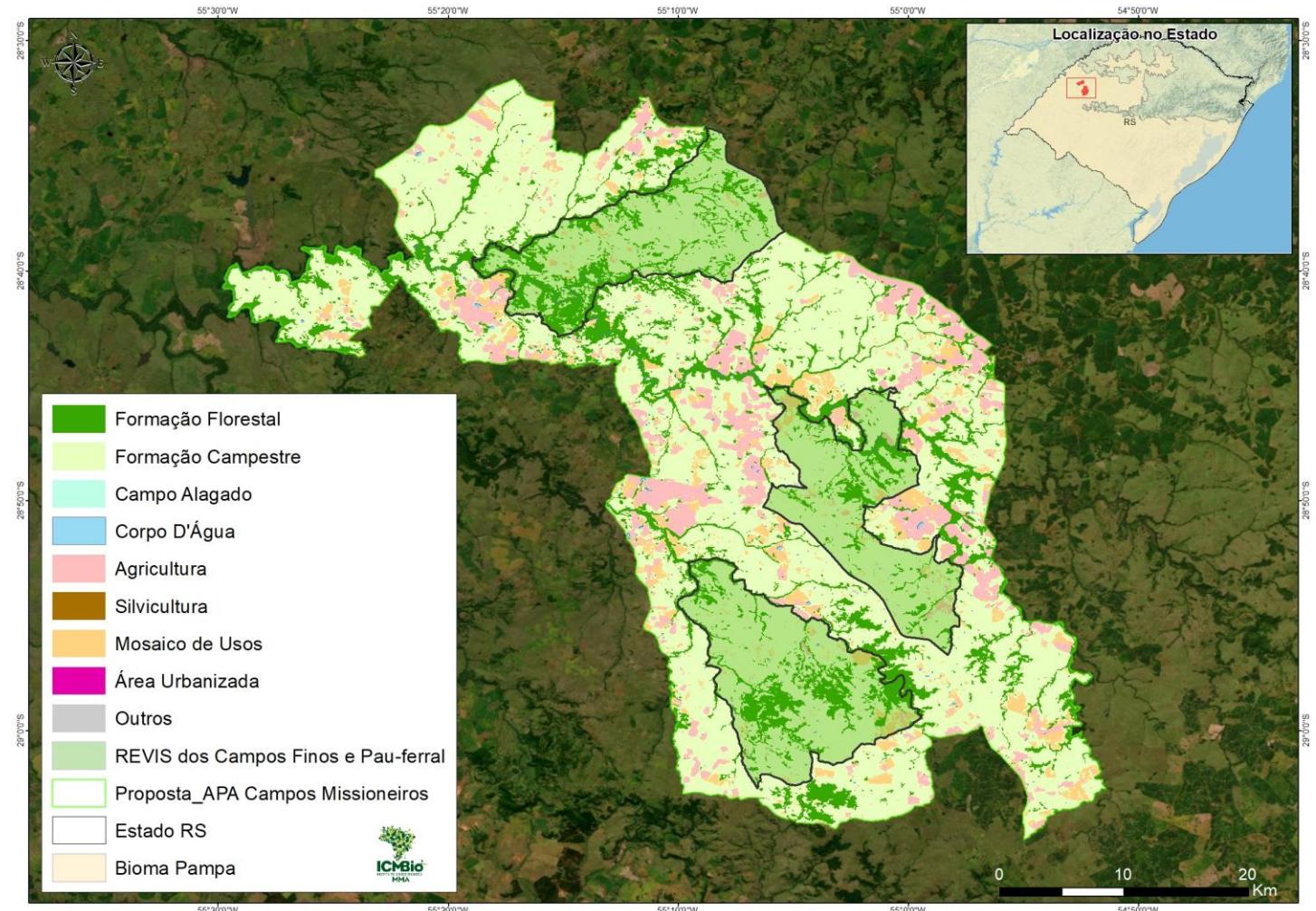
Apresentação da Proposta Atualizada

Considerando as duas propostas de UCs sobrepostas = 160.406,36 hectares

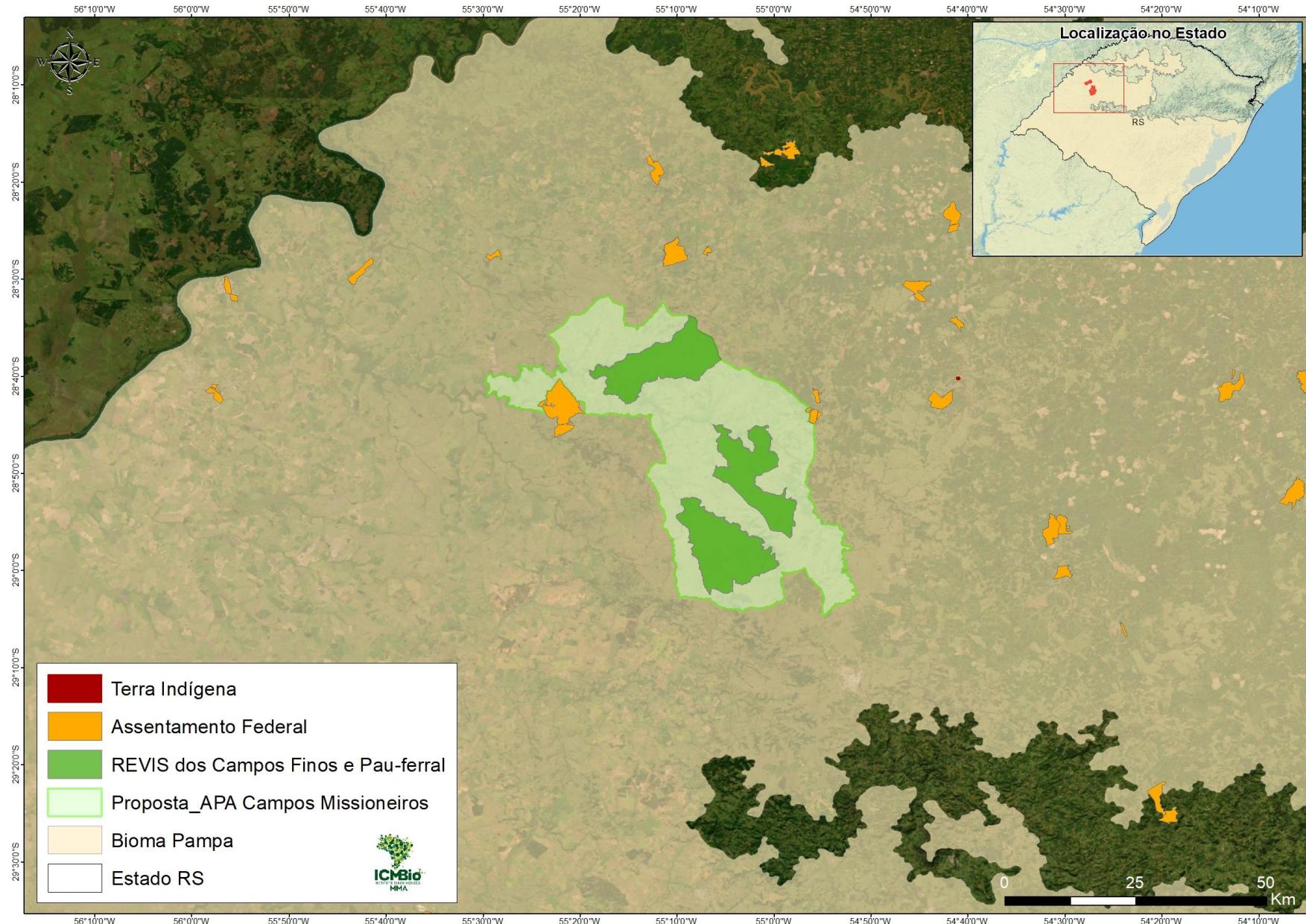
Município	APA + REVIS	
	% UC	Área (ha)
Santiago	13,7%	33.000,57
Bosoroca	29,5%	47.447,68
Santo Antônio das Missões	8,0%	13.650,63
Itacurubi	43,4%	48.636,27
Unistalda	29,3%	17.671,19

Apresentação da Proposta Atualizada

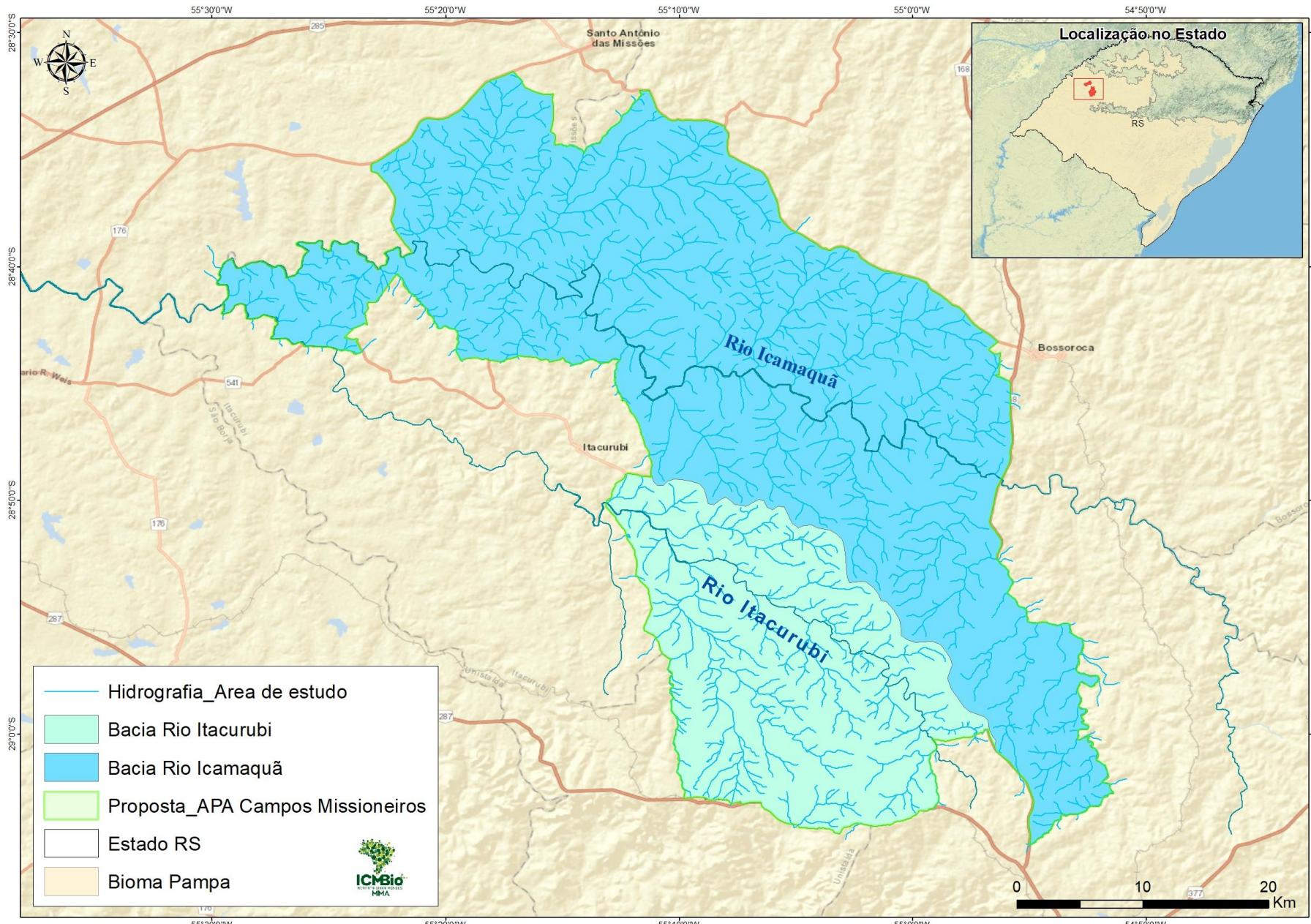
Classe de Uso e Ocupação do Solo (MapBiomas, 2023)		
Classe	Área (ha)	%
Formação Florestal	27861.41	17.37%
Formação Campestre	107041.96	66.73%
Silvicultura	8.09	0.01%
Campo Alagado	241.59	0.15%
Corpo D'Água	485.79	0.30%
Agricultura	13681.79	8.53%
Mosaico de Usos	10796.11	6.73%
Área Urbanizada	0.04	0.00%
Outros	289.58	0.18%
Total Geral	160406.36	100.0%



Apresentação da Proposta Atualizada



Apresentação da Proposta Atualizada



Encaminhamentos e próximos passos

- Reuniões Setoriais
- Complementação da proposta (incluindo nome do RVS)
- Consultas Públicas (incluindo CLPI, se necessário)
- Finalização da proposta e encaminhamento ao MMA

OBRIGADA!

cocuc.diman@icmbio.gov.br